



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual

Ameaças do avanço neoliberal e conservador sobre a vida das mulheres

Renata Faleiros C. Moreno¹

Resumo: Esse texto apresenta a perspectiva da divisão sexual do trabalho e da consubstancialidade das relações sociais de classe, raça e sexo em diálogo com eixos das atuais mobilizações feministas que crescem no Brasil. A reflexão proposta versa sobre os mecanismos e discursos mobilizados por setores conservadores, especialmente sobre os arranjos familiares; e sobre as ameaças das políticas neoliberais em curso no país.

Palavras-chave: Feminismo, divisão sexual do trabalho, neoliberalismo, conservadorismo.

Threats of neoliberal and conservative policies on women's lives

Abstract: This text presents the perspective of the sexual division of labor and the consubstantiality of social relations of class, race and sex in dialogue with the axes of the current feminist mobilizations that grows in Brazil. The reflection proposed deals with the mechanisms and discourses mobilized by conservative sectors, especially on family arrangements; and on the threats of neoliberal policies underway in the country.

Keywords: Feminism, sexual division of labor, neoliberalism, conservatism

INTRODUÇÃO

O feminismo tem demonstrado grande capacidade de mobilização frente a reorganização das forças conservadoras na conjuntura brasileira. As feministas colocam para o conjunto dos movimentos sociais o desafio de compreender como as diferentes dimensões da atual onda conservadora se conectam, se fortalecem, se impulsionam e dependem entre si. Conforme apresentado por Faria et al (2016), a defesa de uma família patriarcal, heterossexual e com práticas sociais sexuadas bem definidas é central na ideologia conservadora que sustenta as atuais políticas neoliberais de ajuste.

Não à toa, "família" foi a palavra mais utilizada na votação da Câmara de Deputados, em abril de 2016, que deu início ao processo de impeachment que afastou a presidenta Dilma Rousseff. Aqueles que defenderam a abertura deste processo, supostamente em nome de suas famílias, são os mesmos que têm votado a favor dos

¹ Doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo. E-mail: <renata.moreno@usp.br>.

projetos de lei que operam e ratificam o desmonte do Estado e das políticas públicas de educação, saúde, seguridade social – por exemplo com a aprovação da Emenda Constitucional 95. Também são estes que conformam a atuação parlamentar que advoga pela ampliação da terceirização do trabalho, pela redução da maioria penal, para fortalecer a definição heteronormativa de família e aumentar a criminalização do aborto.

Entretanto, trata-se não apenas de uma ideologia que se expressa na atuação parlamentar de setores conservadores, mas de um processo de ascenso do conservadorismo que permeia o conjunto da sociedade. Este processo convive, por vezes sem contradições, com alguns enunciados progressistas encampados por setores do mercado. A discussão de Nancy Fraser (2017) sobre a conformação de um “neoliberalismo progressista” nas últimas três décadas nos Estados Unidos reúne elementos interessantes para a reflexão sobre a realidade brasileira. Aqui, porém, em que pese o ascenso do feminismo, e a tentativa de setores do mercado de incorporação de *slogans* como “empoderamento” ou “diversidade” em seus discursos e anúncios, a realidade política e econômica parece indicar o reforço de um neoliberalismo conservador.

Este artigo propõe uma reflexão sobre as ameaças do acirramento do neoliberalismo e do conservadorismo para as condições de vida e trabalho das mulheres. Para isso, toma como fio condutor a análise em termos da divisão sexual do trabalho, apresenta uma discussão crítica articulando os discursos em torno da concepção de família mobilizados por setores conservadores, à forma como o trabalho doméstico e de cuidado realizado pelas mulheres amortece os efeitos das políticas de ajuste neoliberal nas condições de vida da maioria da população. Por fim, apresenta considerações sobre eixos de mobilização e resistência feminista na atual conjuntura brasileira.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NAS PRÁTICAS SOCIAIS E NAS LUTAS FEMINISTAS

O desenvolvimento da noção de divisão sexual do trabalho remonta a um esforço de elaboração teórica e política para explicar a opressão das mulheres desde os anos 1960 e 1970, nos marcos do que se conhece hoje como segunda onda do movimento feminista.

A conceituação das desigualdades verificadas entre mulheres e homens em termos de relações sociais e a centralidade da divisão sexual do trabalho como o que está em jogo nestas relações se encontra especialmente nos escritos das sociólogas Daniele Kergoat e Helena Hirata. Estas autoras recuperam que as categorias de sexo nos estudos da sociologia do trabalho tinham, até então, a característica de rotular o trabalho das mulheres e o trabalho dos homens, tomando como foco o trabalho assalariado. Mas as elaborações feministas questionaram esta abordagem e propuseram imbricar dimensões – antes separadas –, de modo que trabalho profissional e doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família passassem a ser consideradas como categorias indissociáveis (Hirata e Kergoat, 2009).

A conceituação da divisão sexual do trabalho, conforme apontam Hirata e Kergoat (2007), foi além de identificar a articulação entre as esferas da reprodução e da produção, nas quais o trabalho não remunerado e o trabalho remunerado respectivamente se localizavam, e demonstrou que o conceito de trabalho tomava a experiência particular de trabalho assalariado dos homens e a referenciavam como universal. Portanto, era necessária uma redefinição e ampliação deste conceito. Não se tratava apenas de somar o trabalho doméstico não remunerado nas análises. Conforme sistematizado por Freitas (2007), estudos em diferentes setores do mercado de trabalho brasileiro demonstraram que as responsabilidades com o trabalho doméstico influenciam o trabalho profissional, e que as habilidades adquiridas pelas mulheres no processo de socialização são naturalizadas e desconsideradas como qualificação no mercado de trabalho. Essa perspectiva contribuiu para analisar a complexidade da organização do trabalho, com seus mecanismos de exploração, apropriação e dominação capitalistas e também patriarcais.

A divisão sexual do trabalho está no centro da relação de poder que os homens como grupo social exercem sobre as mulheres, e se define pelos princípios da separação - que estabelece trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e da hierarquização – que atribui maior valor ao trabalho realizado pelos homens (Kergoat, 2009). A divisão sexual do trabalho é, portanto, “um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (Hirata e Kergoat, 2007, p.599). Esta forma de divisão do trabalho “produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero”. (Souza-Lobo, [1991] 2011, p. 174)

As relações sociais de sexo são caracterizadas por uma relação antagônica e hierárquica entre grupos sociais – o grupo social dos homens e o grupo social das mulheres –, tratando-se de uma relação de poder e de dominação. As relações sociais produzem e reproduzem as práticas sociais. A noção de prática social permite, segundo Kergoat (1996), analisar práticas concretas de grupos e indivíduos, pensar simultaneamente dimensões materiais e simbólicas e, ainda, restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas. Desta forma, como afirma Souza-Lobo (2011) as práticas sociais são reformuladas constantemente pelas mulheres, como estratégias de sobrevivência, mas também como estratégias de resistência à dominação e à subordinação.

As modalidades da divisão sexual do trabalho variam no tempo e no espaço, e o que permanece é a distância até hoje insuperável entre os grupos sociais sexuados (Hirata e Kergoat, 2007). Há, entretanto, hierarquias entre as mulheres e, nesse sentido, a análise da imbricação das relações sociais contribui para enriquecer e complexificar a análise das permanências e mudanças na divisão sexual do trabalho.

O amplo processo de mobilização das mulheres negras no Brasil coloca o enfrentamento ao racismo e ao machismo com peso na agenda política. Neste processo destacam-se as lutas das trabalhadoras domésticas, que conquistaram em 2013 a aprovação de Emenda Constitucional para equiparação dos seus direitos aos direitos garantidos para o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras; as resistências cotidianas das mulheres nas periferias que enfrentam a violência policial e o genocídio da juventude negra; e as mobilizações organizadas de movimentos sociais e coletivos de mulheres negras como a Marcha das Mulheres Negras realizada em novembro de 2015. As agendas políticas destes processos de luta se encontram com debates teóricos importantes. Especialmente, destaca-se a discussão sobre interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais (cf Hirata, 2014; Hill Collins, 2015, Kergoat, 2016), extremamente atual nos estudos feministas.

Existem diferentes abordagens teóricas para a perspectiva da interseccionalidade ou consubstancialidade das relações sociais, que correspondem a perspectivas políticas diversas. Por vezes a articulação das dimensões de raça e gênero desloca a dimensão de classe, em outros casos o binômio gênero e classe desloca a dimensão de raça.

Hill Collins (2015) aponta que a hierarquização entre as opressões é infrutífera e reproduz a lógica do pensamento dicotômico que contribui muito pouco para

transformações sociais profundas, que alcancem as bases materiais das desigualdades e a subjetividade das pessoas. Assim, propõe uma análise da imbricação de raça, gênero e classe que vai além de identificar uma somatória das opressões, como se cada uma das dimensões correspondesse a uma posição fixa, mas sim no sentido de compreender a imbricação das mesmas no terreno das relações sociais, que são dinâmicas. Esta perspectiva é útil para compreender como, ao mesmo tempo em que, na dinâmica da divisão sexual do trabalho, a distância entre homens e mulheres permanece, também se ampliam as distâncias entre as mulheres, na medida em que as relações sociais “refazem sua atuação e se recompõem continuamente pelas práticas sociais” (Kergoat 2016, p.21).

A perspectiva da interseccionalidade/consubstancialidade que coloca no centro da análise a imbricação de relações sociais, e não apenas de categorias analíticas, o faz considerando simultaneamente as dimensões materiais e ideológicas das dinâmicas de dominação e exploração. Desta forma, o trabalho adquire centralidade nas análises.

As transformações e as continuidades na divisão sexual do trabalho, considerando simultaneamente o âmbito doméstico e o do trabalho assalariado, estão profundamente ligadas às dinâmicas da organização da sociedade de mercado. Os estudos feministas na sociologia do trabalho e na economia feminista, assim como o movimento feminista como um todo, contribuíram historicamente para mostrar que o funcionamento do mercado, da produção e da economia depende do trabalho doméstico e de cuidado que as mulheres realizam todos os dias de forma não remunerada, e particularmente no Brasil, também depende do trabalho doméstico mal remunerado realizado sobretudo pelas mulheres negras.

A crítica feminista mostra que existe um processo permanente de ocultar e apagar o vínculo entre o que acontece nas casas e o que acontece na economia do mercado. Conforme aponta Diane Elson,

a capacidade do dinheiro de mobilizar a força de trabalho a serviço do 'trabalho produtivo' depende de que um conjunto de relações sociais opere para mobilizar a força de trabalho a serviço do 'trabalho reprodutivo'. (1994, p.40)

Revelar este nexos e os mecanismos que o ocultam é particularmente importante para compreender de que forma as dimensões patriarcais do conservadorismo reforçam as políticas neoliberais.

As mulheres estão o tempo todo trabalhando: ganham seu salário, limpam, cuidam, cozinham, lavam, passam. Dentro de casa, o trabalho doméstico só é visível quando não

é feito. Nos debates públicos e políticos, continuam existindo tentativas de desvincular esse trabalho do funcionamento real da economia e da sociedade. Existe um processo de tornar o trabalho doméstico invisível, e isso faz com que também sejam invisibilizados os sujeitos desse trabalho e suas demandas políticas.

Foi construída uma visão patriarcal de que o trabalho doméstico e os cuidados seriam expressão do amor que as mulheres sentem por sua família, e continua existindo muito julgamento quando as mulheres - mães, irmãs, companheiras - não atendem às expectativas sobre o que deveriam fazer na esfera familiar. Essa é uma forma de ocultar que este trabalho faz parte de uma engrenagem maior, que reproduz a economia e a sociedade. Além disso, trata-se de um reforço da naturalização de práticas sociais e das desigualdades.

Enquanto economistas clássicos afirmaram a família como lugar da harmonia e do altruísmo, e que o mercado e o mundo público seriam o lugar onde as pessoas perseguem seu interesse pessoal e o lucro, as feministas demonstraram que a família é também um lugar de poder (Moreno, 2013). Ou seja, na família não necessariamente predomina a harmonia, pelo contrário existe violência, privilégios e benefícios de alguns com o trabalho permanente de outros.

No Brasil, os dados indicam que a jornada total de trabalho das mulheres (remunerado e doméstico) é superior a dos homens, alcançando uma diferença de 6 horas por semana (PNAD, 2014). Com relação a realização do trabalho doméstico no âmbito familiar, os dados indicam uma distância muito grande entre mulheres e homens. Enquanto 91% das mulheres afirmam realizar algum trabalho doméstico na semana, apenas 52,3% dos homens o fazem. Entre estes, eles dedicam 10 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto elas dedicam 20,8 horas (IBGE, 2013). No que se refere às alterações destes indicadores, desde 2002, apenas a quantidade de horas que as mulheres despendem foi reduzida, ao passo que os homens não aumentaram o tempo gasto nos afazeres domésticos, conforme apontam Sucupira e Freitas (2014).

A necessidade da conciliação entre trabalho doméstico, de cuidado e assalariado não se impõe aos homens quando estes estão empregados, e sim às mulheres. Muitas vezes a articulação do trabalho doméstico e assalariado das mulheres é garantida por meio do emprego de outra mulher para realizar o primeiro. Portanto trata-se da delegação deste

trabalho, marcada pelas possibilidades que a posição de classe e raça dos sujeitos viabilizam. Conforme apontam Araújo e Veiga, é preciso destacar “o sentido contraditório que esta dinâmica adquire em termos práticos para a reprodução da vida cotidiana” (2015, p.187). A delegação do trabalho doméstico não funciona para permitir uma conciliação entre trabalho doméstico e assalariado, mas opera no sentido de “apaziguar” e “acomodar” os conflitos gerados entre homens e mulheres em torno da não responsabilização destes pelo trabalho doméstico.

Considerando este panorama do debate teórico sobre a divisão sexual do trabalho e a breve aproximação com dados da realidade brasileira, apresentamos a seguir uma discussão sobre o lugar da família na reorganização das forças neoliberais e conservadoras.

O discurso de defesa do modelo de família patriarcal contrasta com a realidade de grande parte das pessoas, cujas relações familiares extrapolam o modelo imposto. Setores conservadores e fundamentalistas religiosos empreendem uma reação à realidade das famílias, que são extremamente diversas entre si no Brasil e no mundo.

O Brasil passa por uma transição demográfica que se combina à transformações estruturais nas configurações familiares. Em um contexto de envelhecimento da população, o tamanho das famílias em geral está diminuindo e há uma diminuição da taxa de fecundidade. Ao mesmo tempo em que se mantém o percentual de casamentos, crescem os números de divórcios. É cada vez maior o número de famílias em que a pessoa de referência é a mulher.

Grande parte dos arranjos familiares não seguem o modelo nuclear, em que há um homem, uma mulher e filhos. Esse modelo tido como ideal em visões patriarcais tem como referências as famílias brancas e de elite, e segue a lógica da divisão sexual do trabalho: o homem seria o provedor, a mulher seria a dona de casa cuidadora. A realidade não corresponde a esse modelo, já que a maioria das mulheres – sejam as que vivem em relações heterossexuais, homossexuais ou mesmo as solteiras - trabalham fora e dentro de casa.

Ao mesmo tempo, no cotidiano, é através das famílias – baseadas nos laços sanguíneos ou afetivos - que muitas das necessidades das pessoas são satisfeitas, especialmente em contextos de hegemonia neoliberal. Quanto menos acesso a direitos e renda, mais trabalho as mulheres têm, nas famílias, para dar conta dessas necessidades. As elaborações feministas afirmam que as mulheres garantem a sustentabilidade da vida (Carrasco, 2003). Sempre, e particularmente em momentos de crise, o tempo e o trabalho das mulheres amortecem os impactos provocados pela ausência de acesso a serviços essenciais, e garantem que a vida se sustente neste mundo que trata as pessoas como mercadorias.

Como o crescimento do movimento de mulheres confirma, o feminismo como projeto de igualdade e justiça continua muito atual. Muitos aspectos da vida das mulheres no espaço público já foram transformados, mas ainda é preciso transformar as dinâmicas patriarcais no âmbito privado. Isso envolve a socialização com os homens deste trabalho necessário, bem como a alteração das relações sociais de classe e raça entre as mulheres, uma vez que, sobre as mulheres negras e pobres, recai a responsabilidade precarizada com o trabalho doméstico e, cada vez mais, com os cuidados.

Afirmar a necessidade de redistribuição do trabalho doméstico e de cuidado não significa negar sua importância, mas sim reconhecer que todas as pessoas demandam cuidado ao longo da vida, ainda que este cuidado seja mais necessário e incontornável quando as pessoas são crianças, idosas ou possuem alguma condição de saúde que as tornem mais dependentes. Neste sentido, perspectivas da economia feminista, como as encontradas em Esquivel (2011) e Perez Orozco (2015), afirmam que o reconhecimento da centralidade do trabalho doméstico e de cuidado precisa caminhar junto com sua valorização social e também sua redistribuição. A crítica feminista aponta também que a valorização dos cuidados não pode ser reduzida à sua mercantilização, especialmente porque essa mercantilização tem significado empregos precários para mulheres e reafirmação da lógica da servidão.

Conforme apontam Faria et al (2016), há discursos de valorização dos cuidados que mantêm o modelo patriarcal de família sem questionamento, e carregam em si a essencialização do amor materno e da própria maternidade. A permanente disponibilidade

para os outros como atributo do *ser mulher* é profundamente ligada à construção do modelo de feminilidade. Perez Orozco (2015) denomina esse processo de “ética reacionária do cuidado”, indicando que trata-se de uma construção que atua simultaneamente na formação da identidade feminina, marcada pelo sacrifício, pela maternidade e por uma visão de bem estar que restringe a família a uma perspectiva heteronormativa, que individualiza e privatiza o cuidado.

Outro aspecto que merece atenção na aparente valorização dos cuidados é o reforço na divisão entre o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados, na qual os cuidados relacionados aos afetos, à subjetividade e às emoções são mais valorizados do que os cuidados vinculado às necessidades físicas de banho, troca e limpeza, entre outros. Daí, decorre também a permanente desvalorização dos trabalhos domésticos que garantem que o cuidado seja possível. Este processo de valorização e desvalorização fragmentado é acompanhado pela valorização e desvalorização dos sujeitos que garantem essas tarefas para a sustentabilidade da vida, reproduzindo e recriando as desigualdades de classe, raça e sexo que estruturam nossa sociedade.

O Estado, por meio das legislações e das políticas públicas, regula as práticas sociais de homens e mulheres e dos arranjos familiares, por vezes controlando e punindo as práticas que fogem à norma. Assim, a imposição da maternidade como destino das mulheres convive com a proibição do aborto. As mobilizações feministas colocam no centro do debate sobre o direito ao aborto a defesa da autonomia das mulheres, que permite deslocar a maternidade da capacidade biológica de reprodução e situá-la nos marcos sociais de uma decisão. As mulheres reivindicam o direito de tomar essa decisão, uma vez que ser mãe implica tempo, trabalho, energias e emoções despendidas ao longo de boa parte de suas vidas. Reconhecer a maternidade como decisão calcada em práticas sociais e não em um destino biológico significa assumir a possibilidade de que as mulheres devem ter o direito tanto o direito de levar adiante uma gravidez desejada como de interromper uma gravidez indesejada. No primeiro caso, as mulheres que decidem ser mães terão mais condições de fazê-lo quando o conjunto da sociedade – que tanto impõe e idealiza a maternidade – apoiar a reprodução e o cuidado.

Essa é, entretanto, uma realidade distante no Brasil. A licença paternidade segue insuficiente, e reforça a atribuição dos cuidados das crianças pequenas como responsabilidade exclusiva das mulheres. Pesquisa realizada pelo Data Popular e SOS Corpo revelou que 34% das mulheres entrevistadas identificaram a falta de vagas em creches como a principal dificuldade que encontram em seu cotidiano. Ainda que tenha havido uma ampliação da oferta de vagas em creches públicas, a demanda está longe de ser satisfeita.

A expansão do acesso a creches verificada no Brasil também se deu em outros países da região, como Chile, Equador e Uruguai, a partir de meados da primeira década dos anos 2000. Este período foi marcado pela ampliação do papel do Estado na garantia de direitos em alguns países da América Latina, como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, bem como de expansão das políticas sociais e particularmente as de enfrentamento a pobreza. Particularmente no Brasil, algumas análises problematizaram as relações entre o Estado e as famílias no contexto de ampliação do alcance das políticas sociais direcionadas a enfrentar a pobreza que mobilizam o trabalho das mulheres (Georges e Santos, 2016; Campos, Carloto e Mito, 2015).

As políticas que hoje são consideradas como de cuidado, e que compõem o quadro mais amplo da seguridade social, têm antecedentes em processos de luta dos movimentos sociais e da sociedade civil desde o fim das ditaduras militares e reconstrução das democracias na região. Porém, conforme apontam Georges e Santos (2016), entre a conquista das normativas e afirmações de direitos nos anos 1980 e sua implementação, a maioria dos países passou pela hegemonia de políticas neoliberais, conformando uma “confluência perversa”, nos anos 1990. No âmbito mais geral das políticas sociais, um elemento deste processo, segundo Carloto (2015) foi a centralidade atribuída à família na consecução das políticas sociais, que permaneceu sustentando as mesmas, mesmo na recente expansão do alcance das políticas.

Conforme aponta Saraceno (1995 apud Carloto, 2015), o familismo nas políticas sociais configura uma contradição e expressa o paradoxo da dependência feminina. As mulheres são dependentes porque outras pessoas dependem delas – o que reduz sua possibilidade de autonomia econômica, ao mesmo tempo em que o bom funcionamento

dos programas sociais e da economia também depende das mulheres. Mas a igualdade e a autonomia não figuram entre os objetivos explícitos das políticas, ao passo que o trabalho doméstico e de cuidado é um instrumento implícito para sua viabilização. Esta crítica que se direcionou para políticas elaboradas sob a égide do neoliberalismo, também se aplicou às lógicas implícitas de políticas sociais de governos progressistas e segue conformando um argumento sólido e forte para analisar as mudanças e retrocessos em curso.

Nos dois últimos anos a conjuntura política e econômica em países como Argentina e Brasil tem se modificado. No atual contexto, as políticas de ajuste que reduzem a capacidade do Estado para promover serviços públicos vinculados à direitos, como saúde e educação, carregam em sua concepção dois aspectos indissociáveis. Por um lado, abrem caminho para a atuação do mercado, a quem a população que tem condições de pagar deverá recorrer para ter acesso a tais serviços. Por outro, se apoia na responsabilidade que historicamente foi atribuída às mulheres nas famílias para garantir as condições cotidianas de produção do viver, as custas de mais sobrecarga de trabalho em contextos economicamente mais difíceis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste texto tiveram como fio condutor a análise da divisão sexual do trabalho. Essa perspectiva permite ampliar o olhar sobre os processos de resistência feminista que ganham espaço na conjuntura brasileira.

Em que pese a diversidade de visões políticas e de formas organizativas, é possível verificar eixos que estruturam a resistência feminista. O primeiro se refere às questões vinculadas a liberdade e autonomia das mulheres na relação com seu corpo (por exemplo no enfrentamento à violência sexista – do assédio ao estupro e feminicídio; na defesa da legalização do aborto). O segundo se refere ao questionamento às dinâmicas das desigualdades de gênero, raça e classe que se articulam sobretudo na relação com as condições de vida e trabalho das mulheres, tanto no meio urbano como no meio rural. Além destes dois, a denúncia do machismo e da misoginia nos espaços de representação política e nos meios de comunicação é uma constante.

As reivindicações feministas relacionadas ao corpo e ao trabalho das mulheres enfrentam as ameaças da atual ofensiva neoliberal e conservadora em diferentes esferas

da política, da economia e da sociedade como um todo. O debate em termos da divisão sexual do trabalho e que considera as dinâmicas e a consubstancialidade das relações sociais de classe, raça e sexo contribui para lançar luz sobre os riscos que a incorporação fragmentada de enunciados feministas, descolados de seus conteúdos substantivos, pode apresentar para o conjunto das condições de vida e trabalho das mulheres.

No âmbito do Estado, o acúmulo de políticas públicas conquistado no período anterior ao golpe se estancou, e o retrocesso e diminuição das políticas agora é a regra. Por isso, em todo o país, o centro das reivindicações feministas no 8 de março de 2017 foi a defesa da aposentadoria, na luta contra a reforma da previdência, nos marcos da denúncia do desmonte das políticas públicas de educação, saúde e seguridade social. Por outro lado, se difundem em grandes meios de comunicação e em anúncios de grandes empresas visões que reforçam figuras femininas e modelos um pouco mais diversos do que os que se via circulando até um pouco antes da chamada primavera feminista. Um exemplo notável é a incorporação de uma diversidade maior de mulheres em anúncios publicitários de empresas transnacionais de cosméticos. Tais empresas tem por trás de sua “maquiagem lilás” uma longa cadeia de exploração do trabalho das mulheres que permanece intocada. Neste sentido, se faz necessária uma indagação sobre em que medida tal discurso triunfalista fortalece ou fragiliza a resistência mais ampla das mulheres frente às ameaças do neoliberalismo conservador às condições de vida da maioria da população.

A perspectiva da divisão sexual do trabalho e da consubstancialidade das relações sociais aponta para a necessidade de articular os eixos da resistência feminista e a diversidade de sujeitos coletivos que compõem este movimento em agendas políticas capazes de articular as lutas por autonomia e liberdade com a defesa incontornável da igualdade e justiça.

Referências

ARAÚJO, Clara; VEIGA, Alinne. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, set./dez.2015.

CARLOTO, Cássia. Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: CARLOTO, Cássia; CAMPOS; Marta; MIOTO; Regina. **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

CARLOTO, Cássia; CAMPOS; Marta; MIOTO; Regina. **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

CARRASCO, Cristina. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (Orgs.). **A produção do viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003.

ELSON, Diane. People, development and international financial institutions: an interpretation of the Bretton Woods system. **Review of African Political Economy**, v. 21, n. 62, 1994.

ESQUIVEL, Valeria. **La Economía del Cuidado en América Latina**: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda. El Salvador: PNUD, 2011.

FARIA, Nalu; MORENO; Renata; VITÓRIA, Carla. **Reação patriarcal contra a vida das mulheres**: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho. São Paulo: SOF, 2016.

FRASER, Nancy. A eleição de Donald Trump e o fim do neoliberalismo progressista. **Opera Mundí**, 12 jan. 2017. Disponível em: <<http://migre.me/weTxB>>.

FREITAS, Taís. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: FREITAS, Taís; SILVEIRA, Maria Lúcia. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado**. São Paulo: SOF, 2007. (Coleção Cadernos Sempre Viva.).

GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi. **As novas políticas brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

HILL COLLINS, Patricia. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.) **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. Volume 26, n.1, junho 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Os paradigmas sociológicos à luz da categoria de gênero: qual a renovação da epistemologia do trabalho?. In BAÇAL, S. (org) **Trabalho, educação, empregabilidade e gênero**. Manaus: EDUA, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IBGE. Síntese dos indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. **Estudos e Pesquisas**, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 29, Rio de Janeiro, 2013.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia; MEYER, Dagmar e WALDOW, Vera (Orgs). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOPES, Barbara; MARTINS, Jéssika; MORENO, Renata. **Somos todas clandestinas: relatos sobre aborto, autonomia e política**. São Paulo: SOF, 2016.

MORENO, Renata. **Além do que se vê: uma análise das contribuições feministas para a economia**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2013.

PÉREZ OROZCO, Amaia. **Subversión feminista de la economía**. Madrid: Traficantes de sueños, 2015.

RICO, María Nieves; ROBLES, Claudia. Políticas de cuidado em América Latina: Forjando la igualdad. **Serie Asuntos de Género**, 140. Santiago de Chile, CEPAL, 2016.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. 2. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SUCUPIRA, Fernanda; FREITAS, Taís Viúdes. As desigualdades de gênero nos usos do tempo. In MORENO, Renata. **Feminismo, Economia e Política**. São Paulo: SOF, 2014.